

Resenhas

J. ROMÃO DA SILVA — *Evolução do Estudo das Línguas Indígenas do Brasil*.
Livraria São José, Rio de Janeiro, 1966. 30 pp.

Embora com data de 1966, este livrinho foi pôsto à venda no segundo semestre de 1965. O Autor, segundo indicação no frontispício, foi laureado com o "Prêmio de Filologia e Etnologia" da Academia Brasileira de Letras. Não é obra de fôlego, mas um opúsculo de poucas páginas, que, diria João Ribeiro, se impõe por uma "encantadora brevidade". E não é por isso que se vai criticá-lo.

Os defeitos são outros. Ao cabo da leitura, qualquer pessoa leiga no assunto deve ficar com a impressão de que os aborígenes do Brasil falavam todos um só idioma, o tupi. Tal a atenção exclusiva dada a este no correr da exposição, que o leitor acaba se esquecendo do plural "línguas indígenas" do título, embora a certa altura encontre citado, de permeio com muitos outros, o volume "Glossaria Linguarum Brasiliensium" de von Martius. Ora, já no século passado Paul Ehrenreich criou o termo "tupimania" precisamente para designar a velha tendência, até certo ponto compreensível, mas de todo injustificada, de não se tomarem em consideração as centenas de línguas e dialetos falados por tribos brasileiras que nada têm a ver com a família tupi-guarani. Num artigo sobre a classificação e distribuição das tribos índias do Brasil, escreveu Ehrenreich: "A consideração unilateral de uma fração relativamente pequena da população aborígene brasileira levou às mais amplas generalizações. Os Tupis foram encarados em grau cada vez maior como os índios brasileiros *kat erochen*; a sua língua tida como a "geral do Brasil", língua geral brasílica, da qual se procurava, na medida em que parecia possível, derivar as demais. Tal como outrora na Europa se formou a celtomania, constituiu-se aí uma tupimania. Não admira que também viajantes e sábios europeus, servindo-se dessas fontes, ficassem sob a influência de tão acanhada concepção". (Petermanns Mitteilungen, vol. 37, 1891, p. 82). Anos mais tarde, em 1905, ao delinear um panorama, aliás muito bem feito, da etnografia sul-americana nos primórdios do século vinte, torna a insistir nesse ponto: "Mesmo Martius, que, formando o grupo jê, assentou a base da nova classificação, estava sob o peso da tupimania que ainda domina no Brasil, coisa análoga ao que foi entre nós a celtomania. Em sua obra etnográfica esforça-se a cada passo para explicar pelo tupi tôdas as espécies de nomes de tribos, muitas vêzes da maneira mais violenta, com as etimologias mais aventurosas, não raro de efeito cômico". (Cf. a tradução de Capistrano de Abreu, *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907, p. 80).

De então para cá as coisas mudaram bastante. Não é que ainda não houvesse, naqueles tempos, nenhum trabalho sobre idiomas índios não tupi do Brasil. Mas eram poucos. O material mais rico e importante do período colonial provinha dos Kiriri, do Nordeste, colhido no século dezessete. Aliás, a *Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri*, do jesuíta Luís Vicencio Mamiani (Lisboa, 1699), se enumera entre as únicas cinco gramáticas de idiomas nativos da América Portuguesa publicadas em tôda a época da Colônia. Ao reeditá-la, em

1877, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, enriqueceu-a Batista Caetano com minucioso estudo comparativo que, à distância de quase um século, se nos apresenta hoje como expressivo testemunho da seriedade com que, também entre nós, alguns pioneiros procuravam dar um cunho científico às investigações sobre os falares do gentio. Nos dias do Império, reuniram-se elementos, sem dúvida muito fragmentários, de muitas dezenas de idiomas índios de todas as partes do País. Mas as contribuições de maior vulto se referiam ainda ao tupi e ao guarani.

Nóvo e promissor caminho se abre, já na República, em 1892, com a publicação da primeira gramática de uma língua karaib do Brasil, a dos Bakairi, por Karl von den Steinen. A partir de então, pesquisadores estrangeiros e nacionais, à frente destes João Capistrano de Abreu, foram colhendo uma documentação lingüística extraordinariamente variada, se bem que em geral deficiente, sobre tribos de todas as filiações. De pouquíssimas o material pode considerar-se mais ou menos satisfatório, e de grande número delas já não há, hoje em dia, como completá-lo. Por felicidade, nestes últimos anos, um interesse mais vivo e um trabalho mais sistemático e em ampla escala, sobretudo da parte de uma equipe numerosa de competentes pesquisadores do "Summer Institute of Linguistics", de Oklahoma, nos dá a expectativa de que se há de salvar, à undécima hora, muita coisa do que se julgava definitivamente condenado ao esquecimento. Impõe a justiça reconhecer que também alguns missionários católicos têm retomado a antiga tradição do estudo das línguas aborígenes como, por exemplo, os salesianos entre os Bororo de Mato Grosso e numa série de populações nativas do noroeste da Amazônia. A maioria de suas obras se refere a grupos não tupi. A *Enciclopédia Bororo*, da qual o primeiro volume saiu em 1962, representa o empreendimento de maior envergadura até hoje registrado no campo da etnologia e da lingüística em nosso país. Nesse volume, os Padres César Albisetti e Angelo Jayme Venturelli oferecem, através de cerca de dez mil verbetes, em ordem alfabética pela respectiva denominação em bororo, uma visão sobremodo rica da cultura material e não material da tribo. A obra completa deverá consistir de quatro volumes; o segundo tratará dos mitos, o terceiro dos cantos rituais, e o último das transformações da cultura e da sociedade bororo em sua interação com o mundo dos brancos.

Isto para lembrar apenas um ou outro dentre os passos mais notáveis que se têm dado em época recente. Não se concebe um roteiro histórico, mesmo esquemático, do levantamento e do estudo de nossas línguas indígenas em que se não faça menção ao menos de um Koch-Grünberg, de um Nimuendaju, da Comissão Rondon. Haverá, por exemplo, estudioso do guarani que não conheça e não admire os textos míticos em dialeto apapokuva-guarani transcritos com perícia por Curt Nimuendaju? Poderia alguém esquecer-se de seu grande valor para o conhecimento das variações dialetais, tão bem realçado por Juan Francisco Recalde?

Concentrar-se de preferência nos mistérios do "suave e copioso idioma" não significa ainda pertencer à "imensa piracema dos tupimanistas" de que nos fala Levy Cardoso. O erro está em referir-se ao tupi-guarani — tomado como língua ou como família lingüística, pouco importa — como se todos os outros idiomas nativos deste imenso território não existissem. Diante do papel que os Tupinambás e seus afins tiveram na formação do Brasil, não se há de estranhar a atenção predominante a eles dispensada, principalmente pelos estudiosos de outros tempos. É notória, mas, apesar de tudo, mal conhecida a influência do tupi no português falado no Brasil. Dezenas de ensaios antigos e contemporâneos tratam da etimologia de termos que do "latim da terra" passa-

ram para a geografia, a botânica, a zoologia e tantos outros domínios da realidade brasileira. Teodoro Sampaio, com seu famoso *O Tupi na Geografia Nacional*, se lhe carecia formação científica para um trabalho satisfatório segundo os exigentes padrões modernos, realizou, em todo caso, trabalho de inegável mérito, através do qual deixou bem clara a extraordinária difusão de designativos de origem tupi por todos os recantos do País. Mas indiretamente contribuiu também para que, por longo tempo, não se levasse na devida conta a importância de outros falares na formação dos topônimos. Pouco a pouco, no entanto, as distorções vêm sendo corrigidas. Entre outros, possuímos um estudo de Francisco S. G. Schaden sobre denominações kaingang na geografia brasileira, por onde se vê que estas não são nada raras nos estados meridionais. E temos o volume sobre *Toponímia Brasileira*, do General Levy Cardoso, que, a par de muitas denominações geográficas provenientes do bororo, arrola e interpreta grande número de outras, de fonte karalá e aruák. Está no prelo, a ser lançada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo a tese do Professor Carlos Drummond sobre toponímia bororo no Mato Grosso. Neste livro se analisam mais de duzentos designativos bororo de rios, córregos, montes e outros acidentes da paisagem. Outros, como os de origem karirí, que parecem ser freqüentes em vasta região da corografia nordestina, não foram ainda submetidos a exame sistemático.

Romão da Silva remata o seu pequeno trabalho com um parágrafo sobre o estágio atual dos estudos, que, com acerto, caracteriza como o universitário. Com efeito, não se pode deixar de reconhecer que a criação, há pouco mais de trinta anos, da primeira cátedra de Tupi-Guarani, em uma universidade brasileira, e foi a de Plínio Ayrosa em São Paulo, valeu por um impulso decisivo para a renovação do interesse pela lingüística indígena em nossa terra. Mas, ainda aqui, cumpriria não restringir-se a esse e a outros pioneiros de grande mérito, mas assinalar também as tendências modernas que, em vários centros universitários, tornam-se cada vez mais vigorosas. Nem se deveria omitir o fato, bastante significativo, de que há vários anos a antiga cátedra de Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo foi substituída por outra, mais ampla, de "Línguas Indígenas do Brasil", de acordo, aliás, com a orientação que, nos últimos anos de sua vida, o titular daquela se esforçava por imprimir às investigações que patrocinava. — EGON SCHADEN

ALENCAR, José de — *Iracema* — Lenda do Ceará. Edição do Centenário (Edição crítica, organizada por M. Cavalcânti Proença), Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editôra, 1965.

Por ocasião do centenário da publicação de IRACEMA, de José de Alencar, a Livraria José Olympio Editôra entregou ao público uma edição comemorativa deste romance, dedicada tanto ao leitor comum quanto ao estudioso de Letras, que com espírito universitário se dedique à pesquisa. Contam-se aí trabalhos de M. Cavalcânti Proença, seu organizador, de Rachel de Queiroz, Augusto Meyer, Agrippino Grieco, José Aderaldo Castello, Cândido Jucá (filho), Brito Broca e Plínio Doyle. Em nota inicial, o organizador diz que procurou, na estruturação dos trabalhos, "delinear um panorama geral que traduzisse, através da evolução da crítica, a caminhada desse romance, ao longo de uma existência centenária, até a posição que hoje ocupa na história da ficção nacional." (p. XVI).

Consta a primeira parte de uma introdução crítico-filológica e do estabelecimento do texto crítico do romance, por M. Cavalcânti Proença. Através de